

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 6ª Reunião Ordinária - 04/11/2016 – 9-13 h

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE BACIAS PCJ – Americana - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA SR Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CETESB	Denise Dedini (T)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zampronio (S)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
Sind. Rural de Bragança Paulista	Rodrigo Colicigno Ribeiro (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
CETESB	Maurício Magossi (S)
CIESP - SOB	Jerry Willians de Moraes (S)
Cooperativa de HOLAMBRA	Fernando Ruiter (S)
FJPO – Mata Santa Genebra	Cristiano Krepsky (S) Laís Santos de Assis (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
SR Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Imagem	Guilherme Viana Daniele P. Benatti Camila Rodrigues

Consórcio PCJ	Guilherme Valarini Matheus Fernandes José C. Saad
---------------	---

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas previamente aos presentes através de mensagem eletrônica, bem como ATA da reunião anterior para leitura prévia e correções. **2. Abertura da reunião (Item 1 da pauta):** O coordenador Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro) abriu a reunião agradecendo ao Consórcio PCJ pela cessão do anfiteatro para realização desta reunião e em seguida solicitou que todos os presentes fizessem suas respectivas apresentações para maior integração de todos. Após a apresentação deu a palavra ao representante do Consórcio, Guilherme Amstalden Valarini para que fizesse a sua apresentação institucional. O Sr. Guilherme que o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo a conscientização da população sobre a problemática dos recursos hídricos. Fundado em 1989 em Piracicaba, o Consórcio PCJ conta com a integração de municípios de São Paulo e Minas Gerais, e de empresas públicas e privadas. A entidade desenvolve programas de preservação e proteção dos rios das bacias PCJ. Possui ações em gestão de recursos hídricos, educação ambiental, reflorestamento ciliar, gestão de resíduos sólidos e saneamento básico. Nesses mais de 25 anos que a entidade atua, contribuiu para a melhora dos índices ambientais da região como: tratamento de esgoto passou de 3 para 72%, redução das perdas hídricas de 50 para 37%, plantio de 4,2 milhões de mudas nativas recuperando matas ciliares de diversos rios da bacia, além de capacitar 4 milhões de pessoas (de forma direta e indireta) com educação ambiental. Comentou que o Consórcio atual como agência de bacias antes da criação da Agência de Bacias PCJ. Também comentou sobre a dificuldade de diferenciação por parte da população em geral das diversas instituições envolvidas na gestão de recursos hídricos que tem em seu nome a sigla PCJ. Considera-se Consórcio Intermunicipal (Consórcio PCJ) a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária - 04/11/2016 – 9-13 h

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE BACIAS PCJ – Americana - SP

associação de Municípios, integrantes de mesmo aglomerado urbano ou microrregional. Essa associação tem como finalidade proporcionar a execução de serviços públicos de interesse comum ou obras, adquirir bens, produtos e equipamentos, bem como, a realização de eventos no âmbito da competência e atribuição municipal. Os Consórcios Intermunicipais possuem Plano de Atuação, devidamente definido e aprovado pela sua diretoria, com a contemplação de todas as ações concretas que serão realizadas no referido período. O site do Consórcio PCJ é www.agua.org.br. Os Comitês de Bacia Hidrográfica (*Comitês PCJ*) são órgãos colegiados da gestão dos recursos hídricos. Os Comitês devem integrar as ações de todos os governos, seja no âmbito dos Municípios, Estado ou da União e Distrito Federal. Tem como objetivo propiciar o respeito aos diversos ecossistemas naturais, promover a conservação e recuperação dos corpos d'água e garantir a utilização racional e sustentável dos recursos hídricos. O Comitê é responsável pelo Plano de Bacias. As agências de bacias hidrográficas (*Agência PCJ*) são unidades executivas descentralizadas de apoio aos seus respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, destinadas a prestar-lhes suporte administrativo, técnico e econômico. São responsáveis por administrar os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água que lhes são repassados, bem como, pela divisão dos mesmos para que sejam investidos em projetos que atendam ao Plano de Bacia definido pelo Comitê. por fim comentou sobre as Agências de Regulação, que são agências reguladoras que foram criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos de diversas áreas. Além de controlar a qualidade na prestação do serviço, estabelecem regras para o referido setor. São exemplos de agências de regulação a Agência Reguladora de Saneamento das Bacias PCJ (*ARES PCJ*), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), entre outras. No final da apresentação fez alguns comentários sobre a recente "tromba d'água" em Piracicaba e os danos causados pelos problemas com a macrodrenagem (eventos extremos). Após a apresentação institucional foi dada a palavra ao secretário do GT Sr. João Demarchi

(IZ/APTA/SAA). **3. Item 2 da pauta - Leitura e aprovação da ATA anterior (5ª Reunião realizada no dia 29/08/2016):** O secretário do GT-Mananciais perguntou sobre possíveis correções na ATA anterior já enviada por meio eletrônico. Houve manifestação para algumas correções a Sra. Denise (CETESB) e a Dra. Luíza (PUCC). Aceitas as correções a ATA foi considerada aprovada. Em seguida fez uma análise da frequência dos membros titulares e suplentes do GT, propondo duas alterações: a substituição (a pedido) do Sr. Rodrigo Colicigno Ribeiro do Sindicato Rural de Bragança Paulista e a manutenção apenas da Sra. Laís Santos de Assis da Fundação José Pedro de Oliveira - ARIE Santa Genebra, substituindo-se o Sr. Cristiano Krepsky (FJPO - ARIE Mata Santa Genebra) pela Sra. Natália Gomes Fernandes Branco (CT-RN - SMA/CBRN) e o Sr. Rodrigo pelo Sr. Nelson Luiz Neves Barbosa (CT-Rural). Alterações aprovadas pelos presentes. Os mesmos deverão ser convocados para a próxima reunião ordinária a ser realizada no Instituto de Zootecnia em Nova Odessa. No item Informes, foi comunicada a realização do II Seminário de Áreas Protegidas das bacias PCJ nos dias 29 e 30 de novembro, evento realizado com o apoio da Agência de Bacias PCJ e resultado de metas estabelecidas pelo GT-Áreas Protegidas da CT-RN, coordenado pelo Sr. Cristiano Krepsky. Apresentados dois artigos científicos interessantes para serem apresentados nas Câmaras Técnicas e ou GT-Mananciais (anexados a esta ATA). Os artigos mencionados são: (a) Diagnóstico e a Reabilitação Agroambiental de trecho da Bacia Hidrográfica Rio do Peixe (BH Rio do Peixe) - autores: Oswaldo Julio Vischi Filho *et al.* **PAB**, nº 51, n.9, p. 1099-1109, set.2016 e (b) Operationalizing payments for ecosystem services in Brazil's sugarcane belt: How do stakeholder opinions match with successful cases in Latin America? - autores: Rafaela A. Silva *et al.* **Ecosystem Services** 22 (2016) p. 128-138. Solicitaram alteração de e-mails o Sr Fernando Campos (Rotary Club de São Pedro), para fernando@cultvale.com.br e a SANASA Campinas para incluir o e-mail marilia.palhares@sanasa.com.br para todos os membros representantes da SANASA e da ASSEMAE. **4. Item "Outros Assuntos" da pauta -**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária - 04/11/2016 – 9-13 h

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE BACIAS PCJ – Americana - SP

Apresentação da Empresa IMAGEM – Representantes da empresa Imagem, Guilherme Viana, Daniele P. Benatti e Camila Rodrigues fizeram uma apresentação sobre a empresa e as ações relacionadas a sua contratação pela Agência PCJ para construção da "Plataforma PCJ". O Sr. Guilherme fez uma apresentação institucional da empresa, que é a única representante ESRI no Brasil, e do trabalho que vem sendo desenvolvido com a agência. Objetivo: Fornecimento de licenças de software de sistema de informações geográficas (GIS – Geographic Information System), de serviços de suporte especializado para capacitação, instalação e configuração da plataforma tecnológica, visando a organização e o Levantamento de Unidades de Investimentos em Serviços Ambientais – LUISA – Fase I. A base para o trabalho foi o projeto LUISA, entretanto, o resultado final da plataforma será muito mais amplo que o projeto em si. Não só servirá para integração interna da Agência (ações administrativas), quanto servirá para disponibilizar informações georeferenciadas sobre todas as atividades e projetos, quanto também poderá contribuir bastante para fornecer dados exigidos pela Política para apresentação de projetos, o que facilitará bastante os preponentes na elaboração de projetos qualificados e em pleno acordo com o Plano de Bacias e Plano Florestal. É uma ferramenta atual e imprescindível para o crescimento dos trabalhos executados pelos Comitês PCJ. O propósito da Imagem atuar de forma a integrar os processos do negócio da Agência / Comitês e conquistar o engajamento das suas equipes, bem como levar cada vez mais inteligência para a gestão das corporações. As apresentações foram disponibilizadas para todos os membros. **5. Item 3 da pauta - Minuta dos Procedimentos Metodológicos da Política** – A Sra. Cláudia (INEVAT) fez a apresentação da minuta corrigida até o presente momento, sendo a mesma considerada aprovada com algumas correções: (a) Item

2 das restrições está vetado; (b) Item 3 - aplicação quando cabível; (c) item 4 (e não 5 como está escrito) - restrições aplicadas de acordo com a origem dos recursos (Programa Nascentes, Integra_SP, etc..); (d) Minuta apresentada foi subdividida em três partes independentes: Parte 1 - Procedimentos Metodológicos para Apresentação de Projetos; Parte 2 - PIPs e Parte 3 - Monitoramento, Controle, Avaliação e Indicadores. Colocar nos PIPs (Parte 2) a informação de restrições em função da fonte de recursos utilizada conforme acordado. Os mapas a serem apresentados (dados) no projeto devem estar em acordo com o Plano de Bacias. A Plataforma PCJ em construção pela empresa IMAGEM oferecerá dados para facilitar a elaboração dos mapas e demais requisitos dos projetos. Foi APROVADA a primeira parte (Parte 1), já corrigida do que foi denominado de Manual de Procedimentos - Requisitos para Apresentação dos Projetos, sendo a segunda parte denominada PIPs, ainda passível de correções e discussões, bem como a terceira parte denominada de Monitoramento, Controle, Avaliação e Indicadores. A empresa Imagem ficou de enviar modelos de PIPs que são utilizados pela AGEVAP para possíveis melhorias nos PIPs apresentados pela CATI. Sugerida a troca do termo escoamento em lugar de escorrimento. O CAR deverá ser exigido apenas para as propriedades rurais. O Dr. Rinaldo questionou a exigência de elaboração de PIPs argumentando que os mesmos encarecem os projetos e amarram os reflorestamentos. O Sr. João Demarchi argumentou que tem sido base para as discussões e para a própria política que o manejo de solos de toda a propriedade é tão ou mais importante para o manejo hídrico do que o reflorestamento por si só, tornando-se então imprescindível a análise integral da propriedade e o fomento das correções de todos os problemas (passivos ambientais) através de outras fontes de financiamento. **6. Item 4 da pauta - TR para contratação de PIPs para Analândia (Córrego do Cavalheiro)** – Aprovado o TR-Analândia (PIPs da microbacia do Córrego do Cavalheiro). Nada mais será discutido. Possíveis erros e sugestões ainda detectados devem ser enviados diretamente para a Agência PCJ, devendo o mesmo ser lícitado desde que as solicitações feitas pela agência ao

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 6ª Reunião Ordinária - 04/11/2016 – 9-13 h

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE BACIAS PCJ – Americana - SP

preponente (formação da UGP e Termos de Autorização) fossem entregues. **7. Item 5 da pauta - Projeto Bacia Água Branca / Charqueada e São Pedro:** Definido em plenário o envio do projeto de Charqueada/São Pedro (Bacia Água Branca) para o preponente para que sejam feitas as correções e adequações segundo os procedimentos metodológicos, portanto, o projeto fica reprovado até nova apresentação ao GT-Mananciais. **8. Item 6 da pauta - Projetos PSA Mais e Sub-bacia do Córrego Tabajara (Limeira):** Os projetos de LIMEIRA (microbacia do Córrego Tabajara) e PSA - Mais do Sr. Nelson Barbosa devem ser apresentados na Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN) para avaliação do mérito e sugestões de aperfeiçoamento e cumprimento dos procedimentos administrativos determinados pela Política. Portanto, será solicitado à Coordenação de Gestão da Agência PCJ que encaminhe os referidos projetos para a coordenação da CT-RN. Os pareceres de aceite ou não, com as devidas justificativas, deverão constar em ATA e a mesma encaminhada para a Agência para as demais providências cabíveis. **9. Item 7 da pauta - Palavra Aberta:** A Sra. Denise (CETESB) salientou a importância da discussão dentro deste grupo do assunto mineração e represamentos com resíduos destas atividades, sendo fundamental que isso seja mais discutido e difundido dentro do GT. O Sr. Denis disse que o ponto de referência georreferenciado das propriedades deve ser na sede ou um local mais centralizado para evitar que haja erro de localização entre unidades produtivas muito próximas, já que se forem marcados apenas nas porteiras pode haver deslocamentos e erros de identificação das propriedades pela falta de precisão dos equipamentos normalmente utilizados. **10. Encerramento:** Não havendo mais perguntas ou comentários, o coordenador Sr. João Baraldi agradeceu a presença de todos e a disponibilidade do espaço, encerrando-se a reunião às 13:00 h.

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

João Primo Baraldi

Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL